

Indústrias

“limpas” têm incentivos

por Luiza Pastor
de Brasília

A maioria das cidades desenvolveu-se a partir de fatores econômicos como portos, ferrovias e riquezas naturais. Existem algumas exceções, como Brasília, que nasceu de um conceito de centro administrativo ao qual se mantém fiel até hoje.

Nos últimos 31 anos, entretanto, muita coisa mudou no Distrito Federal, que hoje exige um volume crescente de produtos e serviços e, por isso, enfrenta dificuldades em manter-se fiel ao espírito original.

Essa mudança de perfil deve-se, em parte, ao crescimento acelerado de sua população. Em vez dos 500 mil habitantes previstos no projeto de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa na virada deste século, a cidade deverá totalizar algo em torno dos 3 milhões de pessoas. “Administrativo é e deve continuar a ser o Plano Piloto”, afirma Antônio Fábio Ribeiro, presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra). Preservado o Plano, ele defende a industrialização das cidades-satélites e da região conhecida como Entorno, que inclui treze municípios de Goiás e um de Minas Gerais.

Ribeiro lembra que, historicamente, a indústria do Distrito Federal surgiu para atender às necessidades mais imediatas de consumo da população local, assumindo desde o início um perfil que até hoje se mantém, com ênfase nos setores de alimentação, vestuário, construção civil e indústria gráfica. Agora, a Fibra e a Secretaria de Indústria e de Comércio do Distrito Federal uniram-se para criar um ambiente favorável à entrada de indústrias consideradas “limpas”, não agressivas ao meio ambiente, como as de informática, eletroeletrônica, gemologia, biotecnologia e de reciclagem.

“Com a expansão dos assentamentos, os setores tradicionais continuaram a crescer, mas temos a preocupação de fixar diretrizes bem claras para nosso crescimento industrial, pois não podemos admitir que a maior indústria de Brasília seja a exportadora de filhos, de mão-de-obra para outras regiões”, explica Ribeiro. Pelos estudos da Fibra, a curto prazo a capacidade do mercado de absorver investimentos em atividades comerciais ou de serviços é muito mais limitada do que a demanda por produção.

O risco do desemprego é, nesse quadro, uma ameaça real e cada vez mais incômoda: “Hoje estimamos em 15% da população o total de desempregados, subempregados e pessoas envolvidas em economia informal”, alerta Ribeiro, que só ve saída para o problema a partir de uma industrialização planejada do Distrito Federal.

Dentro do Plano Básico de Industrialização do Distrito Federal, elaborado pela Secretaria de Comércio e de Indústria de Brasília, a aprovação de incentivos para a instalação de empresas na região foi condicionada ao preenchimento de alguns requisitos básicos que incluem a capacidade da empresa interessada em inovar, agregar valor ou contribuir para a geração de empregos. Além disso, foram estabelecidas duas categorias para os projetos: os de classe I e os de classe II.

A categoria classe I — que abrange as principais áreas de tecnologia de ponta — prevê a concessão de benefícios “de maior nível e pelo maior prazo”, a projetos que forem considerados

(Continua na página 2)

Indústrias “limpas” têm incentivos

por Luiza Pastor

de Brasília

(Continuação da 1ª página)

“meritórios ou de interesse público, tendo em vista serem de maior risco, por sua característica inovadora”.

Na prática, explica o secretário de Indústria e de Comércio, José Ezil Veiga da Rocha, isso pode representar custos até 50% inferiores aos de regiões industrializadas, como Curitiba, por exemplo. Ele cita o caso do pólo de alta tecnologia, quando, recentemente, o governador Joaquim Roriz definiu os critérios para o preço dos terrenos a serem ocupados, fixando como preço-base o custo da implantação da infra-estrutura multiplicado por cinco. “Isso significa que o preço de um terreno no pólo, com mil metros quadrados, que, na melhor das hipóteses, pelo preço de mercado, custaria Cr\$ 12 milhões, acaba caindo para 50% desse valor. E, em casos especiais, como o da instalação de empresas em áreas de alto risco para o investimento ou de interesse específico do Distrito Federal na atividade, esse preço poderia cair para Cr\$



José Ezil Veiga
da Rocha

3 milhões, tornando a alternativa perfeitamente compatível com qualquer zona industrial do País”, conta Ezil Veiga.

Além disso, as indústrias, que forem consideradas de interesse prioritário, poderão obter empréstimos de até 70% do ICMS gerado pelo empreendimento a partir da data do início de suas operações, pelo prazo de até cinco anos.

Já os projetos da classe II abrangem indústrias de setores mais estabilizados, mas prevê-se a concessão de benefícios “em nível

médio e prazo médio”, que poderão ser aumentados no caso de os processos “incorporarem tecnologias que aumentem expressivamente a qualidade do produto, reduzam seus custos e o tornem competitivo para exportação”.

PEQUENOS SETORES

A secretaria também está estudando a possibilidade de criar pequenos setores industriais nas cidades-satélites de Brasília, para abrigar indústrias mais modestas, perto de mão-de-obra não muito qualificada e que, portanto, dificilmente teria acesso a todas as vagas criadas pelo pólo de alta tecnologia.

Basicamente, Ezil Veiga aponta como o grande potencial da região, como um todo, a agroindústria e a produção de artigos para consumo de massa, dos quais Brasília é tão carente e importa tanto, o que faz com que o frete rodoviário de retorno seja muito mais barato do que o de outras regiões. “Uma boa fábrica de biscoitos, de tijolos ou de roupas sempre terá uma demanda garantida”, resume o secretário.